

Quando o gênero pretende revisar a psicanálise

Marcus do Rio Teixeira

Ultimamente, no Brasil, temos visto colegas defenderem enfaticamente a aproximação da psicanálise com a teoria do gênero, tal como é definida por Judith Butler, sua principal teórica. Outros colegas, com menos convicção, demonstram anuência com a posição dos primeiros, seja porque os tomam como autoridades no assunto ou por um temor de serem rotulados como reacionários. Esse temor é autêntico e justificado, uma vez que movimentos de extrema-direita e ultra-religiosos têm se posicionado politicamente contra pautas relacionadas ao gênero.

Muitos psicanalistas receiam que sua eventual discordância, mesmo rigorosamente fundamentada em princípios teórico-clínicos, venha a ser tomada, seja ingenuamente, por um mal-entendido ou intencionalmente, de forma caluniosa e difamatória, como um posicionamento simpático a tais movimentos. Eu mesmo conheci de perto a forma como alguns psicanalistas ligados às teorias do gênero lidam com as críticas a essas teorias e posso testemunhar que não hesitam em usar da calúnia e difamação, associando aqueles que deles discordam a correntes de extrema-direita. Por isso compreendo perfeitamente os colegas que evitam expressar publicamente sua discordância.

Ao me dedicar ao estudo dessa tendência algo que chamou a minha atenção logo de início foi a constatação de que muitos profissionais “psi”, até mesmo psicanalistas, empregam o termo *gênero* de forma intuitiva, sem nenhuma fundamentação teórica precisa. A ideia mais difundida é a de que há o sexo anatômico e, ao mesmo tempo, existe a forma como a pessoa “se sente” e como é percebida pelo seu entorno a respeito da sua identidade sexual. O gênero é entendido como um elemento psíquico do sexo, que diz respeito a essa autopercepção.

Para situar melhor essa questão é preciso definir a noção de gênero. Na chamada *teoria queer*, o gênero é definido de diversas formas de acordo com diferentes autores. Isso cria uma armadilha teórica: uma crítica à definição de gênero segundo o autor A pode ser contestada, alegando-se que o autor B fornece uma definição sutilmente diferente. Caso se prove que a crítica também se aplica ao autor B, alguém poderá dizer que o autor C possui uma definição diferente daquelas de A e B, que não é abarcada pela crítica, e assim por diante. Para evitar essa armadilha teórica escolhi propositalmente limitar a minha discussão à definição de Judith Butler. Esta é

inegavelmente a autora mais importante a respeito do gênero e suas formulações teóricas servem de fundamento para diversos autores.

Dito isso, não deveria ser necessário explicar – mas hoje em dia, infelizmente, é – que a concepção intuitiva do gênero como dizendo respeito a uma autopercepção que se soma ao sexo anatômico não é uma definição psicanalítica. Para a psicanálise, apesar de haver a percepção consciente da identidade sexual – o que em termos da teoria de Lacan diz respeito à dimensão do Imaginário –, a sexuação, ou seja, o processo pelo qual se constitui o que Lacan denomina o ser sexuado, não se resume a uma autopercepção, a um “sentir-se”.

Porém – e é esse o ponto que quero destacar – essa tampouco é a definição de gênero para Judith Butler. Na verdade, essa noção intuitiva descende em linha direta da noção de “componente psicossocial do sexo”, criada pelo endocrinologista Harry Benjamin na primeira metade do século XX. Vejamos o que diz Henry Frignet no seu livro *O Transexualismo*, hoje um clássico.

Primeiramente, Harry Benjamin propôs considerar o sexo como uma montagem diversa de componentes múltiplos. Distinguiu, assim, vários sexos: cromossômico, genético, anatômico, legal, gonádico, germinal, endócrino, psicológico, social, cada um deles podendo ser macho ou fêmea. (FRIGNET, 2002, p. 84)

Comparem com a definição do gênero por Butler.

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. (BUTLER, 2015, p. 27)

Portanto, vemos que Butler rejeita a ideia de que o gênero possa ser entendido como um componente psicossocial do sexo. Na verdade, ela vai mais longe – para Butler o próprio sexo é uma concepção decorrente do gênero, sendo este uma pura performatividade.

O gênero não deve ser construído como uma unidade estável ou um *locus* de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma *repetição estilizada de atos*. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanente marcado pelo gênero. (BUTLER, 2015, p. 242)

Constatamos, portanto, que se trata de uma noção estritamente *comportamentalista*, baseada em condutas, posturas, movimentos, “estilos corporais”, etc. Para aqueles que se orientam

pela teoria psicanalítica chama a atenção a completa ausência de referência ao inconsciente e a outros conceitos como o falo, a função fálica, o gozo, etc. Não se trata de um simples gosto pelos termos – trata-se de conceitos que nos servem de balizas para pensar a sexualização enquanto situada no Simbólico e no Real, não entendida simplesmente como um inventário de condutas. Além disso, a forma como essa performatividade é construída é um ponto que a própria autora deixa indefinido.

A autodeterminação

Os movimentos identitários se inspiram de diversas formas nessa indefinição e leem a noção de gênero de acordo com suas estratégias políticas. A concepção mais comum entre esses movimentos a respeito da construção do gênero é que esta é fruto de um ato volitivo do indivíduo. Digo indivíduo para frisar que não se trata do sujeito dividido, mas do *in-diviso*, o que não tem divisão. Este comunica ao seu entorno o seu gênero, ou seja, a forma como “sente” a sua identidade sexual. Como definem muito bem Jean-Pierre Lebrun e Beryl Koener em seu livro *Changer de genre? Comment le malentendu opère chez les jeunes...et les moins jeunes* :

Não é mais permitido, a seu respeito, evocar a realidade do corpo anatômico, menos ainda fazer referência a isso; somente importa, a partir de agora, o sentir-se individual, que certamente é proibido de ser interrogado, na medida em que constitui a única realidade a ser levada em conta. (LEBRUN e KOENER, 2024, p. 26)

A noção subjacente a essa ideia é aquela de *autonomia*, que segundo os autores surgiu nas sociedades ocidentais inicialmente convivendo com a heteronomia, mas a partir do final dos anos 60 veio substituí-la. Doravante, os indivíduos se autodeterminam, sem referência a uma ordem social que se sobreponha aos seus interesses.

O modelo de autonomia foi então apresentado como um novo mundo, nascido de si mesmo, que, tendo a tarefa de se autoconstruir, não teria outro programa senão aquele de funcionar sem nenhuma dívida com a heteronomia. (LEBRUN e KOENER, 2024, p. 26)

É interessante lembrarmos a etimologia do vocábulo *autonomia*: ele é composto por *Autós*, que em grego significa *por si mesmo*, e *Nomói*, que é *a lei*. O indivíduo autônomo, portanto, é o senhor de si e de suas escolhas, *que rege a si mesmo segundo as suas próprias leis*. Comparem com o que diz Lacan em Posição do inconsciente: “Que o Outro seja para o sujeito o lugar de sua causa significante só faz explicar, aqui, a razão por que nenhum sujeito pode ser causa de si mesmo” (LACAN, 1998 [1966], p. 855)

Charles Melman comenta a ideia de que alguém possa se autodeterminar, no que concerne à sua posição sexual:

Como se alguém pudesse de alguma forma se autodeterminar. Como se houvesse nele, absolutamente só, os elementos de suas identificações, de suas escolhas, de suas orientações. Isso seria supor – e é isso que é tocante, e que eu já sinalizei – em cada um de nós, um saber inato, equivalente àquele do animal. [...] Haveria dessa forma, em cada um de nós, um saber inato que seria depreciado, que seria ofendido pela cultura. Seria preciso então nos liberarmos da cultura para que cada um pudesse dar curso ao seu saber inato. Isso não é sem consequências, uma vez que tal saber não existe. Temos que nos virar com o que está ao nosso alcance. (MELMAN e LEBRUN, 2022, p. 29).

A diferença sexual

Causa espécie a argumentação de certos psicanalistas, segundo os quais tomar a “leitura” da teoria da sexuação de Lacan como uma afirmação da diferença sexual não leva em consideração o sofrimento dos sujeitos que questionam o “binarismo”.

Como assim? Esses autores parecem crer que a diferença sexual é uma invenção da psicanálise. Isso me lembra as declarações de um teórico anticientífico da extrema-direita brasileira que acusava Isaac Newton de haver “inventado” a gravidade. Como se isso não bastasse, para sustentar uma posição teórica, se apela à comoção gerada pelo sofrimento daqueles que são vítimas do preconceito em relação à sua sexualidade. O que se pretende com isso? Provocar um sentimento de culpa que estimule a autocensura por parte dos psicanalistas, para que estes neguem a diferença sexual?

Diferentes sociedades em todos os continentes, ao longo de milênios, concordam num ponto: há uma diferença entre os seres humanos, independente da língua, da religião ou da etnia. Essa diferença é dada por um elemento da anatomia, mas não por qualquer elemento. Trata-se da diferença dos órgãos genitais, que faz com que a humanidade seja dividida em *homens* e *mulheres*. Essa diferença dos órgãos genitais não possui o mesmo valor de outras, como a cor da pele, dos olhos, etc.

O reconhecimento da diferença sexual e sua inscrição na linguagem, isto é, no Simbólico, constituem um universal. O que demonstra – se ainda fosse preciso demonstrar – a falsidade da afirmação do filósofo esloveno Slavoj Zizek, para quem “[...] a diferença sexual é real no sentido de que não pode jamais ser devidamente simbolizada, transposta/traduzida na norma simbólica que estabelece a identidade sexual do sujeito [...]” (ZIZEK, 2016, p. 292). Ora, a nomeação da diferença anatômica constitui justamente a sua simbolização, sua inscrição na dimensão do Simbólico. Conforme o próprio Lacan afirma em “O Aturdito”: “Assim é que, do discurso psicanalítico, um órgão faz-se o significante.” (LACAN, 2003, p. 456) Ou seja, o

órgão, o pênis, é inscrito no campo da linguagem, *simbolizado* – ou, como Lacan diz no mesmo artigo, “passado ao significante”, ao significante fálico.

O corpo na teoria de Butler

A partir daí, cabe perguntar: como Butler define o papel do corpo em sua relação com o gênero? Esta é uma questão de importância fundamental, pois embora a autora utilize com frequência o termo *corpo*, não fica evidente para o leitor qual a acepção em que esse termo é empregado. Por um lado, ela parece supervalorizar o corpo, como no seu livro *Corpos em aliança e a política das ruas* (BUTLER, 2018, p. 24, 16 e 23), em que ela destaca o termo *corpo*, utilizando-o em expressões como “corpos reunidos”, “corpos que exigem emprego, moradia, assistência médica e comida”, “o corpo que busca defender o país”, etc. É importante notar que, nessas construções, “*corpo*” aparece no lugar comumente ocupado por *pessoa*, *indivíduo*, *cidadão*, etc. Mas a explicação para o emprego de *corpo* nessas circunstâncias pode ser encontrada na forma como Butler busca negar sistematicamente o sujeito – seja na acepção lacaniana de sujeito do inconsciente, seja no sentido coloquial de indivíduo.

Uma leitura mais atenta, porém, mostra que ela procura relativizar o corpo, executando uma hipérbole da proposição – sustentada parcialmente em Lacan – do corpo enquanto construído pela linguagem. Ora, mesmo que Lacan enfatize a importância da linguagem na constituição do corpo, tal ênfase jamais teve o sentido de uma negação do corpo real.

Nascemos com um corpo, antes de nos constituirmos como sujeitos falantes. Que o sujeito já nasça num “banho de linguagem” e já seja falado antes mesmo da concepção do seu corpo, isso mostra que ele não é idêntico a esse corpo. Tal corpo, disjunto do sujeito, em sua materialidade biológica, não faz parte do Simbólico, tampouco do Imaginário, não é uma criação da linguagem, nem uma imagem, embora venha a ser tomado pela linguagem e moldado pela imagem.

Já para Butler, não há como considerar o corpo fora da ideia de corpo culturalmente construída:

Existe um corpo “físico” anterior ao corpo percebido? Questão de resposta impossível. Não só a junção de atributos sob a categoria do sexo é suspeita, mas também o é a própria discriminação das “características”. O fato de o pênis, de a vagina, de os seios e assim por diante serem *denominados* partes sexuais corresponde tanto a uma restrição do corpo erógeno a essas partes quanto a uma fragmentação do corpo como um todo. (BUTLER, 2015, p. 199)

Ao frisar que pênis e vagina são *denominados* partes sexuais, Butler destaca a denominação para concluir que tais partes do corpo só seriam “sexuais” devido a uma convenção proveniente da cultura. Essa teoria elide um fato antropológico: o destaque conferido aos órgãos genitais não é exclusivo de determinada sociedade ou grupo social, tampouco relativa apenas a um determinado período histórico, mas está presente em todas as culturas e em todas as épocas. Se se trata de uma convenção, seria necessário explicar essa extraordinária coincidência, que faz com que todos os agrupamentos humanos, ao longo de milênios, confirmem um valor especial à diferença sexual.

Para a autora, todavia, não há nenhuma possibilidade de tomar o corpo como uma referência sem falar da forma como ele é considerado na sociedade.

Diz-se que os prazeres residem no pênis, na vagina e nos seios, ou que emanam deles, mas tais descrições correspondem a um corpo que já foi construído ou naturalizado como portador de traços específicos do gênero. Em outras palavras, algumas partes do corpo tornam-se focos concebíveis de prazer precisamente porque correspondem a um ideal normativo de um corpo já portador de um gênero específico (BUTLER, 2015, p. 127)

Para Butler, não há um real do corpo – ou seja, o corpo tomado numa dimensão que não depende da simbolização, tampouco da imaginarização. O corpo só existe, para a autora, enquanto construção social. Ele é moldado pelos “ideais normativos” da sociedade em que o indivíduo vive. Qualquer tentativa de discutir a sua materialidade orgânica (que preexiste a qualquer apreensão pela linguagem e a qualquer sentido que lhe venha a ser atribuído) é descartada de antemão. Até mesmo as sensações provenientes de órgãos como o pênis, a vagina, o clitóris seriam culturalmente determinadas. Em suma, segundo essa concepção, a fisiologia só existiria enquanto produto da cultura. Tal concepção, que campeia na academia, onde faz muito sucesso, não se sustenta quando minimamente confrontada com a realidade.

Assim, o orgasmo que um indivíduo nascido com uma anatomia masculina experimenta jamais será igual, ou mesmo minimamente semelhante ao orgasmo experimentado por alguém com uma anatomia feminina, mesmo que o primeiro se automeie *mulher*. Porque a diferença sexual é um real, embora não no sentido que Zizek supõe, mas no sentido de algo que não se pode contornar, com o qual não se pode contemporizar.

No que diz respeito à psicanálise, a discordância não poderia ser mais explícita. Sabemos o lugar central que o corpo ocupa na teoria psicanalítica. O corpo é, desde Freud, a sede das pulsões, concebidas teoricamente como “[...] um conceito fronteiro entre o anímico e o somático [...]” (FREUD, 2014 [1915], p. 25) Para Lacan, é a antecipação da unidade do corpo no Estádio do Espelho que prefigura o próprio *eu*. É o corpo que, na puberdade, sofre transformações

que afetam radicalmente o sujeito. Esse corpo é percebido como belo, coerente com a imagem que temos dele, produzindo uma sensação de bem-estar. Ou, ao contrário, como feio, inadequado, contrariando a nossa expectativa. De qualquer modo, ele não é sob nenhuma condição um território neutro, a ser moldado pelos discursos/laços sociais que, supostamente, determinariam até mesmo as sensações que o sujeito experimenta.

Podemos compreender então como a noção de performatividade, enquanto pura lista de condutas, desvinculada de qualquer determinação simbólica, se articula com a noção de um corpo neutro, a ser moldado por convenções sociais. É sobre esse corpo neutro que seria possível se construir uma performatividade, leia-se: um gênero. A ambiguidade da teoria de Butler acerca da construção do gênero não é obstáculo para os movimentos identitários. Como vimos, uma característica do seu *falar obscuro* é deixar a construção do gênero envolta na névoa, porém os movimentos identitários não se abalam. Eles captaram muito bem que para Butler essa construção é um ato de vontade – ainda que ela não reconheça a sua tese.

Recentemente, li uma declaração de um militante identitário que sintetiza essa concepção de forma exemplar: “Meu corpo é um manifesto político.” Ora, o que é um manifesto político? É um texto que alguém escreve para expressar suas posições políticas. Trata-se de um texto criado, moldado pela vontade de quem o escreve. E quanto ao corpo, pode-se dizer o mesmo? Um *corpo-manifesto* pode ser um slogan que agrada muito a certo público hoje em dia, mas parte da crença equivocada de que o corpo obedece docilmente ao comando do sujeito.

Charles Melman fala sobre o sofrimento dos sujeitos que buscam modificar seu corpo para adequá-lo ao gênero que eles percebem como o seu:

O seu sofrimento diante do fato de que o corpo, por mais qualificados que tenham sido os cirurgiões que dele se ocuparam, por mais ativos que tenham sido os hormônios que foram injetados, o corpo continuará desesperadamente a marcar sua resistência; ele é assim, ele é estúpido, ele não quer se deixar convencer, ele resiste a uma transformação da qual o proprietário possa se orgulhar. (MELMAN e LEBRUN, 2022. p. 90)

Lembremos que o corpo é, para Lacan, a sede do gozo. “Gozar tem essa propriedade fundamental de ser em suma o corpo de um que goza de uma parte do corpo do Outro.” (LACAN, 2008 [1972-1973], p. 30) Isso coloca um problema sobre a questão da *escolha*, desde um ponto de vista psicanalítico. Lacan define a diferença sexual, na sua teoria da sexuação, como *diferença de gozo*. A questão que se coloca é se essa diferença é passível de escolha por parte do sujeito.

Colette Soler pergunta: “Mas como conceber uma escolha subjetiva de gozo se o gozo não é do sujeito, mas do corpo que ele tem?” (SOLER, 2020, p. 150)

Se, por um lado, Lacan deixa claro que tanto aqueles que se identificam como homens quanto aquelas que se identificam como mulheres podem se colocar de um lado ou de outro das duas modalidades de gozo – *todo fálico* e *não-todo fálico*, ele não afirma em nenhum momento que esse posicionamento é fruto de uma *escolha consciente*. Devemos concluir que a auto-nomeação não posicionará o sujeito automaticamente em uma ou outra modalidade.

Consequência para a questão da atualidade sobre os homens e as mulheres: que os poderes da opinião ratificados pelos políticos suprimam esses dois termos do dicionário das identidades, não impedirá os dois regimes de gozo de continuar, contudo, a identificar, eventualmente, certamente não dois sexos, mas duas multiplicidades: de um lado o conjunto dos seres tomados no todo-fálico e do outro a coleção, que não é um conjunto, daqueles que não estão aí enquanto todos. (SOLER, 2022, p. 60-61)

A autora frisa que não importa como o indivíduo se nomeie, ele sempre se situará em uma ou outra posição de gozo. De modo análogo, mesmo que se proibisse o estudo da obra de Isaac Newton, a gravidade continuaria existindo. O Real não se deixa moldar pelo Imaginário: por mais fortes que sejam os anseios, os ideais, mesmo as fantasias, eles não são capazes de moldar os gozos do corpo. Em síntese, os gozos não surgem a partir da forma como o indivíduo se autoatribui um gênero.

Consequências clínicas

Todas essas questões podem parecer, à primeira vista, excessivamente teóricas e sem vinculação com a nossa prática clínica. Pretendo demonstrar que se trata justamente do contrário: são questões que concernem diretamente a nossa clínica cotidiana. Psicanalistas recebem em seus consultórios ou no serviço público sujeitos que buscam um acompanhamento para a sua chamada *transição*. O termo “acompanhamento” é importante. Segundo normas dos serviços de saúde e do órgão federal de controle profissional, cabe ao psicólogo acompanhar o paciente na sua transição, ou seja, na passagem ao gênero ao qual afirma pertencer, fornecendo um acolhimento benevolente, sem questionamento.

É preciso frisar que essas considerações se referem ao adulto que faz sua escolha, com pleno direito. Quando se trata de uma criança ou adolescente, a situação é completamente diferente. Jamais será suficiente a cautela com a suposta demanda de mudança de sexo vinda de uma criança, devido às condições subjetivas, que tornam difícil distinguir o que concerne ao seu desejo e o que concerne ao desejo dos membros do casal parental. O que não impede que a doxa das teorias do gênero propague a ideia de que a criança pode sustentar um desejo legítimo, seu, de mudar de sexo.

O fato novo hoje é que, de forma impudica, o desejo é atribuído à criança, e é aí que eu creio responder ao seu espanto diante do consenso que essa situação provoca. Quem é você para recusar a uma criança uma satisfação tão grande, tão essencial, tão fundamental? A punir essa criança e impedi-la de viver a vida que ela estima dever ser a dela. (MELMAN e LEBRUN, 2022, p. 86)

Clínicos que trabalham com crianças veem a dificuldade de lidar com o tema do gênero elevada à enésima potência. Diante de pais cuja opinião é moldada pelos discursos vigentes na sociedade e que consideram que mesmo a afirmação de uma criança muito pequena que diz pertencer a um gênero diferente do seu sexo deve ser tomada literalmente, o profissional *psi* deve trabalhar num limite estreito. Ele sabe quais as consequências de um bloqueio da puberdade para o futuro dessa criança. Médicos ingleses estimam que caso esse bloqueio seja efetuado numa determinada fase o indivíduo adulto jamais terá um orgasmo. Além do risco de desenvolver tumores malignos em decorrência do uso permanente de hormônios.

Se com as crianças o problema reside na distinção entre o *dito* da criança que afirma ser de um gênero que não corresponde à sua anatomia e o *dizer*, que diz respeito a um ato e ao inconsciente, com os adolescentes o problema consiste na vulnerabilidade imaginária da sua posição ante a sexuação.

[...] a adolescência é um período em que se joga uma dialética entre pertença e diferenciação em relação ao seu meio de origem, mas também em que a questão da identidade sexual é trabalhada, a partir da aparição dos caracteres sexuais secundários e da emergência das pulsões sexuais sob a impregnação hormonal. (LEBRUN e KOENER, 2024, p. 124)

Nesse momento crítico, a busca de um traço identitário é crucial para o adolescente. E ele vai buscá-lo nos discursos que se impõem na sociedade, na mídia, nas redes sociais. É nesses meios que as identidades são ofertadas. “A identidade do sujeito vai ser ditada por essa oferta identitária, quer ela seja religiosa ou sexual, com a reivindicação de gozo que vai junto com ela.” (JESUÍNO, 2020, p. 6)

Revela-se então que o adolescente tem tendência a buscar refúgio nas múltiplas etiquetas identitárias e a adesão a toda espécie de comunidades que vêm “dizê-lo” no seu lugar, ao mesmo tempo lhe conferindo a ilusão de que ele assim se determina por si mesmo; o discurso social atual o aliena duplamente então: lhe dando uma solução e, além disso, uma solução mentirosa. (LEBRUN e KOENER, 2024, p. 128)

A crítica à masculinidade

Anne Joos aponta para um aspecto muito importante na demanda de mulheres jovens e adolescentes por uma transição, dita *Female to Male*, que apresenta um crescimento estatístico.

Nas entrevistas de mulheres jovens em transidentidades e em demanda de mudança de gênero, podemos entender a vulnerabilidade própria à adolescência ligada à insatisfação da sua imagem. A busca dessas adolescentes se junta àquela da nossa sociedade contemporânea, para a qual a imagem, as marcas e os traços identitários são hoje prevaletentes em relação a toda inscrição simbólica. Mas, além desse registro da imagem, não podemos ler nessas demandas de transidentidades a busca de um traço “real”, real no sentido de realidade, um traço positivado via os hormônios e a cirurgia? Traço positivado que forneceria aí algo a que se apegar em vez de ter que suportar a falta do traço de identificação do lado feminino. (JOOS, 2024, p. 123)

Quero chamar a atenção para outro aspecto, que não diz respeito às chamadas transidentidades, mas à identidade masculina, dita “cis-hétero”, ou seja, homens e meninos que possuem uma anatomia masculina e uma escolha de objeto heterossexual. Tenho notado uma tendência, que se ampliou bastante nos últimos anos, de qualificar negativamente o que se refere à masculinidade. É importante observar que essa depreciação não se restringe a comportamentos explicitamente misóginos, machistas, mas à masculinidade em si, ou seja, ao que é característico, próprio do masculino. Cecília Biglia comenta os efeitos dessa tendência a partir da sua clínica com adolescentes.

Meninos e jovens homens vêm sendo submetidos a muitas representações culturais depreciativas do masculino, deixando-os embaraçados, perdidos, com dificuldade para se servirem das referências disponíveis. Em apuros, enfim, conforme crescem as representações depreciativas do masculino nas sociedades ocidentais contemporâneas.

Uma coisa é a denúncia e o combate necessário da violência contra as mulheres, dos privilégios sexistas, da perpetuação da desigualdade dos direitos; outra coisa é a generalização contundente e difusa da crítica dessas mazelas como um rechaço ontológico aos homens. (BIGLIA, 2025, p. 169)

Outro exemplo dessa tendência é o emprego da expressão “masculinidade tóxica”. Eu mesmo chamei a atenção em outro lugar para o problema contido nessa expressão. “A ressalva do adjetivo ‘tóxica’ não elimina o fato de que, mesmo adjetivada, a masculinidade é patologizada e criminalizada.” (TEIXEIRA, 2024, p. 180) Esse problema se agravou, pois vemos cada vez mais o termo *masculinidade* sendo empregado já sem nenhuma adjetivação, com uma conotação pejorativa.

Ao entrevistar no canal de notícias GloboNews o médico ginecologista congolês Denis Mukwege, ganhador do Prêmio Nobel da Paz de 2018 por seu trabalho na recuperação cirúrgica de mulheres e crianças vítimas de estupros praticados durante guerras em seu país, a jornalista Aline Midlej se referiu a essas mulheres e crianças como vítimas “do machismo, da masculinidade” (sic). Dessa forma, ainda que não tenha sido a intenção da jornalista, ela faz equivaler a masculinidade, ou seja, aquilo que é característico dos homens segundo os dicionários, a um crime abominável praticado por homens.

O escritor Édouard Louis concedeu uma entrevista a Mário Sérgio Conti na qual expôs o seu pensamento acerca da masculinidade. Segundo ele, “Existem várias masculinidades na sociedade, vários regimes, vários sistemas de violência masculina [...]”. Notem que essa definição coloca taxativamente a violência como uma característica dos indivíduos do sexo masculino.

O ensaísta e crítico literário Francisco Bosco, autor de importantes livros que nos ajudam a pensar a construção das ideias acerca do universal e das identidades no Brasil, concedeu em 2025 uma entrevista à revista *Veja*. Nela, o autor afirmou que “Há uma confusão sistemática entre a crítica ao machismo, que é pertinente e necessária, e a crítica ontológica aos homens.” (BOSCO, 2025) Esta é exatamente a opinião de Paula Salomão Brock: “O combate à misoginia não deve se confundir com o combate ao masculino” (BROCK, 2025, p.32) A revista publicou a entrevista justamente quando foram divulgados dados oficiais do número de feminicídios no Brasil. Bosco foi atacado nas redes sociais por centenas de pessoas, em sua maioria mulheres, que o acusaram de ser tolerante com os homens, de defender o machismo e os crimes contra mulheres.

O apelo do autor ao bom-senso e à apresentação de argumentos só fez aguçar as críticas, que aumentaram o tom agressivo. Esse fenômeno, denominado cancelamento, é um movimento coletivo típico, que consiste em atacar alguém que é apontado como inimigo, mesmo sem conhecer os seus argumentos. Suas características são descritas pelo professor Wilson Gomes: “[...] a impressão que se tem é de uma brutal regressão às formas religiosas, dogmáticas e

irracionais que haviam sido abandonadas com o advento da democracia e do Estado de Direito. Quando alguém é acusado publicamente, a sentença já está lavrada.” (GOMES, 2025, p. 133)

O que pensam os psicanalistas sobre tais questões? Vera Iaconelli, autora de um livro que figura na lista dos mais vendidos de não-ficção, sem se referir exatamente ao episódio de Bosco, afirma no jornal Folha de S. Paulo, onde é colunista:

A masculinidade tóxica, a masculinidade destrutiva, a violência masculina é totalmente criticável, mas o foco errado é fazer supor que tudo no masculino é ruim. [...] Eu acho que a gente tem que começar a autorizar os homens a serem mais masculinos, mas repensando o que a gente está chamando de masculino. Porque, se todo masculino é tóxico, o que vai acontecer com essa molecada que está sendo educada agora? (IACONELLI, 2026)

É preciso fazer uma observação: o que Francisco Bosco coloca é que é necessário dissociar os atos criminosos da própria ideia da masculinidade. Sobre este aspecto, conforme apontei, o uso do termo “masculinidade tóxica” já associa a masculinidade ao crime – mesmo com a ressalva de que seria *um tipo* de masculinidade. Ainda sobre essa questão do tipo, quem irá definir (ou *autorizar*) como deve ser a masculinidade permitida aos homens?

São esses impasses que Martine Lerude observa na sua clínica com homens jovens.

Para os nossos jovens pacientes da geração Z (nascidos entre 1997 e 2005), “nativos digitais”, também chamados de “zoomers”, a sexualidade é apreendida, antes mesmo de qualquer expressão e qualquer realização, nas malhas de um discurso de denúncia de abusos da masculinidade e no jogo das representações do qual eles participam nas redes sociais. Culpados de antemão de serem violadores em potencial (sem saber disso), os homens jovens manifestam frequentemente uma desconfiança diante da sexualidade e uma incerteza inibidora em relação ao desejo. (LERUDE, 2025, p. 148-149)

As reações dos psicanalistas

Mencionei no início como muitos colegas receiam se posicionar a respeito do tema do gênero. Em contraste com essa timidez, digamos assim, não faltam aqueles que, de forma muito incisiva, preconizam uma “revisão” ou “atualização” da psicanálise com base nas premissas dos movimentos identitários, para expurgar atitudes preconceituosas supostamente presentes na teoria. A conferência de Paul Preciado é citada com frequência como uma referência “teórica” (aspas minhas). As posições, todavia, não são uniformes e chegam a ser contraditórias.

Numa sequência temporal, a psicanálise inicialmente foi acusada de ser uma teoria reacionária, que reproduziria o Patriarcado. Em seguida, difundiu-se a ideia de que as teorias do gênero (sobretudo a de Judith Butler) e a teoria de Jacques Lacan, sobretudo no período final do seu ensino, coincidiam em vários pontos. Mais recentemente, admite-se que a teoria psicanalítica e as teorias do gênero sustentam teses diferentes, mas afirma-se que suas fronteiras são permeáveis, e que é possível fazer uma leitura “híbrida” ou “mestiça” (sic).

Curiosamente, aqueles que se propõem mais enfaticamente a revisar a psicanálise não demonstram exatamente um conhecimento da teoria que se dispõem a rever. Um autor muito conhecido, em entrevista a uma publicação de uma instituição com um histórico importante na difusão do ensino de Lacan no Brasil, declarou que foi buscar elementos teóricos sobre a sexuação no Seminário *Encore*, mas descobriu que Lacan “nem cita sexuação no Seminário 20, ele vai falar de sexuação no Seminário 21” (sic). Eu suponho que esse autor se refere ao termo, ao vocábulo “sexuação”.

Porém essas manifestações públicas têm efeitos, sobretudo entre os analistas mais jovens, sempre muito receptivos a discursos que afirmam vir corrigir preconceitos. Em uma fala numa instituição psicanalítica, uma analista dizia, referindo-se às mulheres *trans* de forma entusiástica: “Uma mulher pode ter um pênis!” Eu pensei no que Freud diria: “*Fraulein*, eu escuto isso todos os dias...”

Referências bibliográficas

BIGLIA, Cecília. Derivas do masculino e os desafios atuais dos meninos. In: BROCK, Paula Salomão (org.). *O Masculino: Sexuação e sexualidade para além do gênero*. Salvador: Ágalma, 2025. p. 160-173.

BROCK, Paula Salomão. O Masculino. In: _____. *O Masculino*, op. cit., p. 21-34.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FREUD, Sigmund. As pulsões e seus destinos. In: _____. *Obras incompletas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. v.2.

FRIGNET, Henry. *O transexualismo*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002.

GOMES, Wilson. *A tirania da virtude: Autoritarismo, intolerância e dogmatismo na política identitária*. Salvador: Saga, 2025.

IACONELLI, Vera. “É errado fazer supor que tudo no masculino é ruim”, diz Vera Iaconelli na casa Folha. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2026/01/e-errado-fazer-supor-que-tudo-no-masculino-e-ruim-diz-vera-iaconelli-na-casafolha.shtml>

Acesso em 09/02/2026

JESUÍNO, Angela. Une fétichisation de l’identité?, *La revue lacanienne* n° 21, Paris, Érès, 2020. p. 75-85, p. 82.

LEBRUN, Jean-Pierre e KOENER, Beryl. *Changer de genre ? Comment le malentendu opère chez les jeunes... et les moins jeunes*. Paris: Campagne Première, 2024.

LACAN, Jacques. *O Seminário, Livro 20: mais, ainda* [1972-1973]. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LACAN, Jacques. O aturdido [1973]. In: _____. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 448-497.

LACAN, Jacques. Posição do inconsciente [1964]. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 843-864.

LERUDE, Martine. Haveria uma masculinidade compatível com o feminismo? In: BROCK, Paula Salomão (org.). *O Masculino*, op. cit., p. 147-159.

MELMAN, Charles e LEBRUN, Jean-Pierre. *La dysphorie de genre : À quoi se tenir pour ne pas glisser ?* Paris: Érès, 2022.

SOLER, Colette. *Une clinique d’exception*. Paris: ENCL, 2022.

SOLER, Colette. *Homens, Mulheres*. 3 ed. São Paulo: Aller, 2021.

TEIXEIRA, Marcus do Rio. O objeto *a* na teoria da sexuação. In: TEIXEIRA, Marcus do Rio; PITAVY, Thatiana. *Sexuação e gozos no Seminário Encore*. Salvador: Ágalma, 2024. p. 168-187.

ZIZEK, Slavoj. *O sujeito incômodo: o centro ausente da ontologia política*. São Paulo: Boitempo, 2016.

